



Estratégia
CONCURSOS

2º SIMULADO

TCDF CESPE

**CONHECIMENTOS
BÁSICOS**

TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL

Simulado Especial

Simulado TCDF

Parte I – Conhecimentos Gerais

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no cargo de Auditor de Controle Externo do concurso do TCDF;
- 2 – Esta prova contém **150 itens** que serão divididas em duas partes. Serão 80 questões de Conhecimentos Básicos na parte da manhã e 70 de Conhecimentos Específicos na parte da tarde.
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora Cespe, para julgar como Certo ou Errado;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h e das 14h00 às 19h30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 8h, na segunda-feira, 30 de setembro, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-TCDF-Cespe-29-09>

- | | | | | |
|----------|----------|----------|----------|----------|
| 01 – C E | 17 – C E | 33 – C E | 49 – C E | 65 – C E |
| 02 – C E | 18 – C E | 34 – C E | 50 – C E | 66 – C E |
| 03 – C E | 19 – C E | 35 – C E | 51 – C E | 67 – C E |
| 04 – C E | 20 – C E | 36 – C E | 52 – C E | 68 – C E |
| 05 – C E | 21 – C E | 37 – C E | 53 – C E | 69 – C E |
| 06 – C E | 22 – C E | 38 – C E | 54 – C E | 70 – C E |
| 07 – C E | 23 – C E | 39 – C E | 55 – C E | 71 – C E |
| 08 – C E | 24 – C E | 40 – C E | 56 – C E | 72 – C E |
| 09 – C E | 25 – C E | 41 – C E | 57 – C E | 73 – C E |
| 10 – C E | 26 – C E | 42 – C E | 58 – C E | 74 – C E |
| 11 – C E | 27 – C E | 43 – C E | 59 – C E | 75 – C E |
| 12 – C E | 28 – C E | 44 – C E | 60 – C E | 76 – C E |
| 13 – C E | 29 – C E | 45 – C E | 61 – C E | 77 – C E |
| 14 – C E | 30 – C E | 46 – C E | 62 – C E | 78 – C E |
| 15 – C E | 31 – C E | 47 – C E | 63 – C E | 79 – C E |
| 16 – C E | 32 – C E | 48 – C E | 64 – C E | 80 – C E |

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS**

Tendo em vista a textura volitiva da mente individual, a perene tensão entre o presente e o futuro nas nossas deliberações, entre o que seria melhor do ponto de vista tático ou local, de um lado, e o melhor do ponto de vista estratégico, mais abrangente, de outro, resulta em conflito.

Comer um doce é decisão tática; controlar a dieta, estratégica. Estudar (ou não) para a prova de amanhã é uma escolha tática; fazer um curso de longa duração faz parte de um plano de vida. As decisões estratégicas, assim como as táticas, são tomadas no presente. A diferença é que aquelas têm o longo prazo como horizonte e visam à realização de objetivos mais remotos e permanentes.

O homem, observou o poeta Paul Valéry, “é herdeiro e refém do tempo”. A principal morada do homem está no passado ou no futuro. Foi a capacidade de reter o passado e agir no presente tendo em vista o futuro que nos tirou da condição de animais errantes.

Contudo, a faculdade de arbitrar entre as premências do presente e os objetivos do futuro imaginado é muitas vezes prejudicada pela propensão espontânea a atribuir um valor desproporcional àquilo que está mais próximo no tempo.

Como observa David Hume, “não existe atributo da natureza humana que provoque mais erros em nossa conduta do que aquele que nos leva a preferir o que quer que esteja presente em relação ao que está distante e remoto, e que nos faz desejar os objetos mais de acordo com a sua situação do que com o seu valor intrínseco”.

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. Autoengano. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, edição digital)

01. Entende-se do texto que as decisões estratégicas têm o longo prazo como horizonte e visam à realização de objetivos mais remotos e permanentes.
02. Infere-se do texto que “preferir o que quer que esteja presente em relação ao que está distante e remoto” (5º parágrafo) pode ser considerado uma decisão tática.
03. A expressão “foi...que” no período “Foi a capacidade de reter o passado e agir no presente tendo em vista o futuro que nos tirou da condição de animais errantes.” (3º parágrafo) é expletiva e tem papel textual enfático.
04. O emprego do acento indicativo de crase em “visam à realização” (2º parágrafo) é facultativo.
05. A vírgula em “controlar a dieta, estratégica” (2º parágrafo) foi empregada a fim de marcar a omissão da expressão “é decisão”, a qual se encontra na oração anterior.
06. A omissão da expressão “em relação” na expressão “presente em relação ao que está distante e remoto” (5º parágrafo) mantém a correção gramatical e a coerência.
07. A conjunção “Contudo” (4º parágrafo) pode ser substituída por “Mas”, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original.

08. O trecho “Foi a capacidade de reter o passado e agir no presente tendo em vista o futuro que nos tirou da condição de animais errantes.” (3º parágrafo) pode ser reescrito com correção gramatical e coerência da seguinte forma: **Em razão da capacidade de reter o passado e considerar o futuro ao agir no presente, deixamos a condição de animais errantes.**

09. Pode-se substituir a dupla vírgula que separa a expressão do terceiro parágrafo “observou o poeta Paul Valéry” por travessões, mantendo-se a correção gramatical.

10. A expressão “que nos faz desejar” (5º parágrafo) não apresenta locução verbal, e o pronome átomo “nos”, apesar de estar posicionado antes do verbo “faz”, é o sujeito do verbo “desejar”.

11. A substituição do sinal de ponto-e-vírgula por ponto final preserva a correção gramatical e a clareza no período “Estudar (ou não) para a prova de amanhã é uma escolha tática; fazer um curso de longa duração faz parte de um plano de vida.” (2º parágrafo), desde que ajustada a letra inicial da palavra “fazer”.

12. A palavra “volitiva” (1º parágrafo) foi empregada com sentido de plasticidade, adaptabilidade.

13. O vocábulo “resulta” (1º parágrafo) pode ser substituído por **implica**, mantendo-se o sentido original e a correção gramatical.

14. A exclusão do vocábulo “do”, em “de acordo com a sua situação do que com o seu valor intrínseco” (5º parágrafo), prejudica a correção gramatical e o sentido original.

15. No terceiro parágrafo, a expressão “do tempo” é complemento apenas do vocábulo “refém”.

RACIOCÍNIO LÓGICO

O Tribunal de Contas do Distrito Federal designará 20 servidores, sendo 14 homens e 6 mulheres, para implantar um novo programa de inspeção e auditoria. Esses 20 servidores serão divididos em quatro grupos de 5 pessoas. Cada grupo desempenhará uma função diferente no novo programa. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

16. O número de maneiras distintas de realizar a divisão dos 20 servidores em quatro grupos de 5 pessoas é igual a $\frac{20!}{(5!)^4}$.

17. Se o primeiro grupo for composto apenas por homens, então há mais de 2.000 maneiras diferentes de realizar a escolha desse grupo.

18. Se o primeiro grupo for escolhido ao acaso, então a probabilidade de o grupo ser formado apenas por mulheres é superior a 1%.

Julgue os itens a seguir, a respeito de lógica proposicional.

19. A proposição $\neg P \rightarrow (P \rightarrow Q)$, em que $\neg P$ denota a negação da proposição P , é uma contradição, isto é, todos os elementos de sua tabela-verdade são F (Falso).

20. Se a proposição $\neg P \rightarrow [Q \vee R]$ for verdadeira, também será verdadeira a proposição $\neg[Q \wedge R] \rightarrow P$.

21. A sentença “Ele estudou, logo cumpriu suas obrigações” é uma proposição composta que pode ser representada simbolicamente por $P \rightarrow Q$, em que P e Q são proposições simples adequadamente escolhidas.

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nos termos da constituição federal e dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, julgue os itens a seguir.

22. É constitucional normal local que atribua ao tribunal de contas a competência para apreciar pedido de reexame contra decisões tomadas em processos administrativos nos quais se discuta questão tributária, uma vez que a decisão final poderá impactar diretamente na arrecadação da receita pública.

23. A maioria das entidades fiscalizadoras superiores possui posição autônoma em relação ao Poder Legislativo, motivo pelo qual o sistema brasileiro não se adequa ao modelo adotado internacionalmente e defendido pelas organizações internacionais para viabilizar um controle externo eficiente.

24. O Congresso Nacional, ainda que seja o titular do controle externo, não goza de competências para exercer, de forma direta, o controle das despesas públicas, dependendo sempre da atuação concreta do Tribunal de Contas da União para exercer essa tarefa.

25. A depender das disposições da constituição local, o julgamento das contas dos tribunais de contas poderá ser realizada pela própria corte de contas ou pela respectiva casa legislativa, cabendo, em qualquer caso, a emissão de um parecer emitido pela comissão mista permanente de senadores ou deputados, no âmbito federal, ou comissão equivalente nos demais entes da Federação.

26. Em decorrência da amplitude das competências fiscalizadoras da Corte de Contas, tem-se que não é a natureza do ente envolvido na relação que permite, ou não, a incidência da fiscalização da Corte de Contas, mas sim a origem dos recursos envolvidos.

Considerando as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno do TCDF, julgue os itens seguintes.

27. Ao concluir, mediante decisão terminativa, que as contas do responsável possuem ilegalidades graves, caberá ao Tribunal de Contas do Distrito Federal propor a rejeição dessas contas.

28. No caso de vacância do cargo de presidente do Tribunal, deverá ser realizada nova eleição, na primeira sessão ordinária após a ocorrência da vaga, salvo quando a vacância se der nos sessenta dias anteriores ao término do mandato, situação em que o vice-presidente assumirá o mandato de presidente pelo período restante.

29. Em caso de urgência ou de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o relator poderá conceder medida cautelar com ou sem oitiva prévia da parte.

30. Se o Tribunal aplicar multa ao responsável, em processo de auditoria de conformidade, caberá, nos termos do Regimento, a interposição de pedido de reexame com efeito suspensivo, desde que apresentado no prazo cabível.

31. O Código de Ética dos servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal aplica-se aos agentes públicos sujeitos a vínculo funcional e profissional, como os servidores ocupantes de cargo efetivo ou em comissão, mas não se aplica aos estagiários, que se submetem a disposições próprias do respectivo instrumento de contratação.

LEI ORGÂNICA DO DF

32. Compete concorrentemente ao Distrito Federal e a União manter programas de educação, prioritariamente de ensino fundamental e pré-escolar.

33. Ao Distrito Federal são atribuídas somente as competências legislativas reservadas aos Estados, cabendo-lhe exercer todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal.

34. Compete ao Distrito Federal, concorrentemente com a União, legislar sobre direito tributário, financeiro, penal, econômico, penitenciário e urbanístico

35. Na Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes do Distrito Federal, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

36. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração pública do DF pode ser ampliada mediante ato discriminatório, a ser firmado entre seus administradores e o Poder Público Federal, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou a entidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

No que concerne ao sistema de controle de constitucionalidade brasileiro, julgue a afirmação que se segue:

37. No Brasil, adota-se a teoria da nulidade que, em regra, ao operar no plano de eficácia da lei, confere caráter meramente declaratório à decisão que julga a inconstitucionalidade de determinado ato normativo. Admite-se, no entanto, a modulação dos efeitos da decisão no controle concentrado, o que sinaliza para a tendência à flexibilização do princípio da nulidade absoluta.

Julgue a assertiva abaixo, considerando o que determina a CF/88 a respeito da organização do Estado brasileiro:

38. No processo de criação de estados-membros na Federação Brasileira, o resultado da consulta plebiscitária possui caráter vinculativo, uma vez que tal etapa constitui condição prévia e prejudicial às fases posteriores.

Julgue o próximo item, considerando o que dispõe a Constituição e a jurisprudência pátrias acerca dos direitos individuais e coletivos.

39. Caberá *habeas data* contra ato de autoridade administrativa, sempre diante da negativa de fornecimento de informações de interesse pessoal do impetrante.

No tocante ao conceito de estabilidade das relações jurídicas, julgue a afirmação abaixo:

40. Não há direito adquirido face a uma nova Constituição. Da mesma forma, a atuação do Poder Constituinte Derivado Reformador poderá afetar direitos adquiridos.

Considerando as regras constitucionais pertinentes à Administração Pública, julgue o próximo item:

41. É imprescindível a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em lei, para a investidura em cargo ou emprego público.

No que diz respeito às funções atribuídas constitucionalmente aos Tribunais de Contas, bem como à orientação jurisprudencial que cerca o tema, julgue os próximos itens:

42. Muito embora os Tribunais de Contas estejam, como regra geral, proibidos de manter o sigilo sobre o objeto e a autoria das denúncias apresentadas perante o órgão, admite-se o aproveitamento da denúncia anônima com o objetivo de averiguar, informal e sumariamente, a ocorrência de possíveis ilegalidades ou ilicitudes no âmbito administrativo.

43. Compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração pública, excetuados os provimentos de cargos em comissão e a concessão de aposentadorias, reformas e pensões.

Julgue o próximo item, sobre a disciplina constitucional relativa às Comissões Parlamentares de Inquérito:

44. A Constituição expressamente prevê que as Comissões Parlamentares de Inquérito poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Sobre as regras presentes na CF/88 acerca do Poder Executivo Federal, julgue o próximo item:

45. O Presidente da República não poderá, por decreto autônomo, criar e extinguir cargos públicos, ainda que tal ato não implique em aumento de despesas.

Julgue o item que se segue, com base nas regras atinentes ao processo legislativo estabelecido na CF/88:

46. É vedada a edição de medida provisória e de lei delegada sobre matéria reservada à edição de Lei Complementar.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Em relação à legislação administrativa e às disposições doutrinárias sobre o direito administrativo, julgue o item a seguir:

47. No âmbito dos processos administrativos, caso ocorra a desistência ou a renúncia do interessado, não haverá prejuízo ao prosseguimento do processo, se a administração considerar que o interesse público assim o exige, e, havendo mais de um interessado, a desistência ou renúncia atingirá somente quem a tenha formulado.

48. Os atos de improbidade administrativa descritos na Lei nº 8.429/1992 não constituem, por si, crimes, o que não impede que as condutas ali descritas também encontrem correspondência no âmbito criminal, situação em que o agente poderá ser responsabilizado tanto civil quanto criminalmente pelo mesmo fato.

49. Segundo a Lei de Acesso à Informação, a divulgação de informações de interesse público depende de solicitações requeridas pelos cidadãos.

50. Por violar o dever de eficiência na atuação administrativa, o controle concomitante dos atos administrativos está em desuso, já que gera a necessidade de se verificar todo o processo de formação do ato, o que acabaria atrasando e tornando o procedimento muito demorado.

A respeito dos direitos e vantagens previstos na Lei Complementar nº 840/11, julgue o item a seguir.

51. As indenizações e gratificações não se incorporam ao vencimento ou ao provento para qualquer efeito, mas os adicionais incorporam-se ao vencimento ou ao provento, nos casos e condições indicados em lei.

52. Segundo o STF, o não encaminhamento de projeto de lei de revisão anual dos vencimentos dos servidores públicos não gera direito subjetivo a indenização, mas o Poder Executivo deve se pronunciar, de forma fundamentada, acerca das razões pelas quais não propôs a revisão.

Considerando as disposições relativas às licitações e contratos, às parcerias público-privadas e ao regime diferenciado de contratações públicas, julgue os itens seguintes.

53. Quando existirem, no procedimento licitatório, duas empresas em igualdade de condições, a lei prevê alguns critérios de desempate, de forma que, prevalecendo o empate, mesmo após a aplicação desses critérios, será realizado um sorteio para a escolha do vencedor.

54. Situação hipotética: um órgão público decidiu realizar um contrato de concessão patrocinada para execução exclusiva de obra pública, cujo valor estimado seria de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais). **Assertiva:** nessa situação hipotética, a impossibilidade de contratação da parceria ocorre tanto pelo valor do contrato quanto pelo objeto, ambos vedados pela legislação.

55. Na licitação para aquisição de bens nos moldes do regime diferenciado de contratações públicas, é vedado à administração indicar marca ou modelo, mesmo que formalmente justificado pela necessidade de padronização do objeto.

56. As normas gerais de licitações e contratos autorizam os contratos verbais com a administração, excepcionando-se apenas os de pequenas compras de pronto pagamento, de valor não superior a 5% da modalidade convite, feitas em regime de adiantamento, que devem ser formalizados por instrumento contratual, diante da necessidade de um maior controle sobre esse tipo de ajuste.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

57. A associação desportiva Machado Futebol Clube, que mantém equipe de futebol profissional, promoveu, na cidade de São Paulo, um jogo de handball entre seus jogadores titulares e reserva. Tal evento foi aberto aos torcedores do time, que deveriam adquirir ingresso para assistir à disputa. Podemos afirmar que, em relação a esse evento, o Machado Futebol Clube deverá recolher contribuição social correspondente a cinco por cento da receita bruta arrecadada.

58. Para os segurados empregados, o auxílio-doença será devido a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade, devendo a empresa, durante os primeiros quinze dias consecutivos ao do afastamento da atividade, pagar ao empregado o valor correspondente à renda mensal inicial do auxílio-doença.

59. A utilização intensiva de mão-de-obra é um dos fatores que autoriza a previsão de contribuições sociais de Seguridade Social com alíquota ou base de cálculo diferenciadas entre empregadores, empresas ou entidades a ela equiparadas.

60. Teodoro exerce cargo em comissão no Instituto Nacional do Seguro Social e não possui vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais. Nessas condições, podemos afirmar que Teodoro está excluído do Regime Geral de Previdência Social.

61. Não descaracteriza a condição de segurado especial a exploração de atividade turística na propriedade rural, inclusive com hospedagem, por não mais de 180 (cento e oitenta) dias ao ano.

62. Cabe ao legislador delimitar a extensão da proteção oferecida pela seguridade social em razão do princípio constitucional da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

DIREITO CIVIL

63. A revisão quanto à validade de ato administrativo cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo permitido que, com base em mudança de orientação geral, sejam declaradas inválidas situações plenamente constituídas, se evidentemente nulas.

- 64.** Nas esferas administrativa, controladora e judicial, se decidirá com base em valores jurídicos abstratos, desde que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.
- 65.** É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.
- 66.** João quebra o vidro do carro de Joaquim para salvar o cão que restara trancado, em iminente situação de vida, ante o valor excessivo do dia. Sabendo-se que o veículo tinha sido emprestado a Pedro, que deixara o bichano no veículo, Joaquim pode exigir indenização deste, mas não daquele.
- 67.** Aquele que pedir mais do que for devido por dívida existente, válida e eficaz ficará obrigado a pagar ao devedor o dobro do que houver cobrado.
- 68.** O uso comum dos bens públicos de uso comum do povo, como rios, estradas e praças, pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 69.** O Código de Processo Civil de 2015 prevê expressamente que é permitida a arbitragem na forma da lei. Acerca dessa matéria, de acordo com o princípio da *kompetenz-kompetenz*, o STJ entende que Poder Judiciário possui competência para decidir com primazia sobre o Juízo arbitral eventuais questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.
- 70.** De acordo com o Código de Processo Civil, nas ações em que o Estado ou o Distrito Federal forem autores ou réus, será competente o foro de domicílio do réu.
- 71.** As instâncias administrativas e judiciais, em regra, são autônomas e independentes. Por essa razão, de acordo com o STF, não cabe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujas atribuições são exclusivamente administrativas, o controle de controvérsia que está submetida à apreciação do Poder Judiciário.
- 72.** De acordo com o Código de Processo Civil, versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais. No entanto, esses ajustes devem ocorrer somente antes do processo, pois o Código de Processo Civil tem como fundamento o princípio da não surpresa.

- 73.** De acordo com o Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No entanto, para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.
- 74.** De acordo com a Lei nº 12.016/09, no mandado de segurança individual ou coletivo, a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

DIREITO PENAL

TEXTO-BASE PARA AS QUESTÕES 75 A 77

José foi parado em uma blitz da Polícia Rodoviária Federal, cerca de 50km da cidade de Foz do Iguazu-PR. Durante a abordagem, os policiais rodoviários federais encontraram com José diversos aparelhos eletrônicos, cuja importação era permitida, mas não haviam sido recolhidos os tributos devidos por parte de José, que trazia os produtos do Paraguai, tendo cruzado a fronteira 2h antes e passado pela alfândega livremente, sem ser abordado. O valor total dos tributos sonegados foi estimado em R\$ 13.000,00 (treze mil reais). José, então, foi preso em flagrante e conduzido à delegacia.

Atento ao caso narrado, julgue os itens seguintes:

- 75.** Assertiva: não se aplica o princípio da insignificância ao crime praticado por José.
- 76.** Assertiva: José praticou crime de descaminho em sua forma consumada.
- 77.** Assertiva: a situação de José não se alteraria caso tivesse importado do Paraguai cigarros de origem brasileira destinados exclusivamente à exportação.
- 78.** O arrependimento eficaz, que ocorre quando o agente repara o dano ou restitui a coisa, por ato voluntário, antes do recebimento da ação penal, só tem cabimento nos crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa, e gera redução de pena de um a dois terços.
- 79.** Há crime de falsidade ideológica quando o agente omite, em documento particular, declaração que dele devia constar, desde que com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- 80.** A emoção, a paixão e a embriaguez não são causas capazes de afastar a imputabilidade penal.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-TCDF-Cespe-29-09>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12x R\$ 199,97

2 ANOS
12x R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE